



Lugar da mulher na Igreja Católica não fica igual

Todas as assembleias continentais apelam a que se aborde a participação das mulheres na governança

FILIPPE D'AVILLEZ

Um dos grandes temas que se espera ser abordado e discutido durante o Sinodo para a Sinodalidade, que começou esta semana em Roma, é o papel das mulheres na Igreja Católica. O tema marca fortemente o *Instrumentum laboris* que servirá de guia para os trabalhos de um sinodo que só ficará concluído em outubro de 2024.

Nesse documento lê-se que "todas as assembleias continentais apelam a que se aborde a questão da participação das mulheres na governança, na tomada de decisões, na missão e nos ministérios a todos os níveis da Igreja, com o apoio de estruturas apropriadas para que isto não permaneça apenas uma aspiração geral".

Mas afinal o que pode mudar na Igreja a este respeito? E qual é a situação atual?

O ponto de partida em 2023 não é o mesmo de há 10 anos. Por exemplo, pela primeira vez há mulheres entre os participantes com direito a voto, mais especificamente 54 de um total de 363. Pode parecer pouco, mas, tendo em conta que este é um sinodo dos bispos, que tradicionalmente só os bispos é que tinham voto e que eles são exclusivamente homens, ter uma taxa de votação feminina de 15% é sem dúvida inovador.

Também há 10 anos não havia mulheres a ocupar cargos de secretária ou subsecretária de dicasterios no Vaticano, muito menos no organismo que seleciona e nomeia bispos para o mundo inteiro, para o qual Francisco nomeou três mulheres — todas consagradas — em julho deste ano.

A teóloga americana Phyllis Zagano, que tem desenvolvido muito trabalho sobre o papel da mulher na Igreja Católica, explica ao Expresso que "a questão da administração na Igreja já está resolvida. Desde a nova constituição apostólica 'Praedicate Evangelium' que qualquer leigo pode desempenhar qualquer posição na Cúria Romana que não implique o estatuto clerical".

Cátia Tuna diz que a ordenação de mulheres "é uma porta muito difícil de abrir"

Já a teóloga Cátia Tuna, da Universidade Católica Portuguesa, considera que estas nomeações são "parte do caminho", mas acrescenta que "são os paradigmas que a Igreja Católica tem sobre a sexualidade e sobre a autoridade que necessitam de ser repensados, num processo que será necessariamente lento e respeitador dos vários ritmos de uma Igreja que, sendo universal, cobre um número muito grande de culturas e mentalidades".

Sacerdotisas? "Uma porta fechada"

A segunda parte da resposta de Cátia Tuna é crucial para compreender o ritmo dos processos de mudança na Igreja Católica. Apesar de sediada em Roma, a Igreja é uma instituição universal que abrange muitas culturas e sociedades diferentes. As mudanças de paradigma são, por isso mesmo, necessariamente lentas. Daí que, apesar de alguns dos delegados ao sinodo já terem dito que são favorá-

veis à ordenação sacerdotal de mulheres, o mais certo é que isso não aconteça nos próximos tempos, se é que alguma vez acontecerá.

A discussão sobre a ordenação das mulheres não é nova na Igreja e já foi abordada pelos mais recentes Papas. João Paulo II chegou a declarar de forma definitiva que este é um assunto fechado e que não pode ser reaberto na Igreja, sublinhando, todavia, que tal não significa uma superioridade do homem sobre a mulher.

Cátia Tuna diz que esta "é uma porta muito difícil de abrir, na verdade. Na 'Ordinatio Sacerdotalis' de João Paulo II, na 'Inter insigniores' de Paulo IV e noutros pronunciamentos papais percebe-se que é um assunto que mexe com pressupostos sacramentológicos de grande porte, extremamente enraizados, que acumulam há séculos fundamentações ou argumentações teológicas. Esta verdadeira urbanização doutrinal criada em torno do sacerdócio masculino será difícil de desmontar por causa da força de mentalidade que tem no mundo católico ocidental, e não só, dos anticorpos existentes em relação às questões de género e pela irrevogabilidade ou mesmo infalibilidade com que João Paulo II decretou a exclusão das mulheres da ordenação sacerdotal".

Então porquê a insistência em levantar recorrentemente o assunto? Os defensores da ordenação sacerdotal de mulheres acreditam que a "porta fechada" está, afinal, apenas encostada. Em causa não está o sentido — cristalino — do pronunciamento do Papa João Paulo II, mas sim a autoridade do mesmo, como ficou claro recentemente numa resposta enviada pelo Papa Francisco a questões colocadas por um conjunto de cardeais.

"Em bom rigor, excobermosmos que não foi desenvolvida ainda uma doutrina clara e autoritativa sobre a exata natureza de uma 'declaração definitiva'. Não se trata de uma definição dogmática, porém deve ser acatada por todos. Ninguém a pode contradizer, porém pode ser objeto de estudo", lê-se.

Diaconisas com ou sem sacramento?

Tudo aponta, por isso, para que não seja feita qualquer mudança a respeito da ordenação sacerdotal de mulheres, mas a ordenação diaconal pode ser outra história. Os diaconos podem desempenhar várias funções na Igreja Católica, entre as quais celebrar exéquias, batismos e serem ministros no matrimónio.

O sacramento da ordem na Igreja Católica tem três graus: diacono, sacerdote e bispo. Se é verdade que a ordenação sacerdotal ou episcopal de mulheres seria algo inédito, tal não é tão claro para a ordenação diaconal. Há registos de diaconisas em tempos passados na Igreja, e estas continuam a existir, embora em número reduzido, em algumas igrejas ortodoxas. "A questão da recuperação do diaconato feminino tem três partes: histórica, teológica e antropológica. O debate histórico sobre se as mulheres recebiam uma ordenação sacramental não pode ser resolvido por falta de informação. Contudo, com base nas cerimónias litúrgicas, que cumprem os requisitos da ordem sacramental segundo o Concílio de Trento, devemos admitir que pelo menos algumas mulheres foram ordenadas

sacramentalmente no passado", diz Phyllis Zagano, que foi uma de 12 especialistas nomeados pelo Papa Francisco para estudar a questão das diaconisas na Igreja Católica em 2016.

"Teologicamente, não existe barreira, a não ser que se tome a posição de que as mulheres não podem ser imagem de Cristo, o Ressuscitado", acrescenta Zagano ao Expresso. Para Cátia Tuna, contudo, esta é uma questão que ameaça remeter para segundo plano aquilo que é essencial. "Por um lado, seria um passo com um impacto positivo, por outro, a questão não é se as mulheres podem ou não ser diaconisas ou bispas. Se isso perpetuar uma lógica de autoridade, se confirmar um modelo hierárquico em detrimento da

colegialidade e da sinodalidade, de pouco vale", vinca.

A sua posição vai ao encontro de quem considera que num tempo em que parece estar em curso um combate ao clericalismo a clericalização das mulheres não deve ser caminho nem prioridade. O facto de este sinodo ser precisamente sobre a sinodalidade e de o Papa ter feito questão de dar voz a leigos, homens e mulheres, pode indicar que Francis-

Surpreendentemente, pode até ser mais viável ter mulheres no colégio dos cardeais do que ordenadas

co pensa da mesma forma. Seja como for, nenhuma mudança deve ser esperada a curto prazo. Citando uma das participantes no sinodo, a teóloga Klara Giszlar, em declarações à imprensa austríaca, "não vamos ordenar diaconisas em novembro".

Mulheres de vermelho?

Se a mera questão de ordenar mulheres para o diaconato, o mais baixo dos graus do sacramento, não valerá a pena sequer pensar em ver mulheres representadas no Colégio dos Cardeais? Surpreendentemente, isso pode até ser mais viável.

O cardinalato não é uma ordem, é apenas um cargo.

Atualmente as regras dizem que os cardeais devem ser bispos ou, caso não sejam, ordenados bispos o mais brevemente possível. Mas não existe qualquer razão teológica para que o cardinalato seja limitado a pessoas ordenadas e há até precedentes históricos de cardeais leigos na história recente da Igreja.

Caso o Colégio Cardinalício fosse repensado para poder incluir leigos, não haveria qualquer problema de fundo para a nomeação de mulheres, sendo que estas estariam naturalmente excluídas de serem eleitas para Papa, uma vez que esse cargo, sim, depende do sacramento da ordem, pois o Papa só o é por ser bispo de Roma.

socialista@expresso.imprensa.pt